

COORDENADORES

Sérgio Hitoshi Yamashiro
Aparecida Serrano de Melo
Crissiana de Almeida Duarte Dias
Endrigo Fabiano Ribeiro
Marizele da C. Serejo Vale da Cunha
Salomé da Silva Barros



ABUSOS E ARBITRARIEDADES DA TRIBUTAÇÃO FEDERAL

AUTORES

Angélica Orlandi Dalio	Liliane Bertelli Imura Cisotto
Aparecida Serrano de Melo	Maguerita Lee
Camila Nunes Almeida Teixeira	Maria Elisa Nolasco Marques
Carmen Lúcia M. Araújo Olyntho	Marizele da C. Serejo Vale da Cunha
Crissiana de Almeida Duarte Dias	Mirella Yukiê Nakamura Araujo Costa
Cristiane das Chagas Ribeiro	Raphaela Sandrinne Marques Sanches
Elisa Delamata Moura	Renata Alves Feliciano de Sousa
Endrigo Fabiano Ribeiro	Rogério Mollica
Erika Gonçalves Pastorelli Trentin	Salomé da Silva Barros
Fabiana Del Padre Tomé	Samara Pereira da Silva Góes
Helliton Pereira de Lima e Silva	Sérgio Hitoshi Yamashiro
Heloísa Helena Vieira da Silva	Solange Pereira Franco de Camargo
Léa Cristina Dias Nascimento	Solange Teresinha Carvalho Pissolato
	Stephanie Silva Repossi Caprini

Prefácio:
Cristiane Pires McNaughton

EDITORIA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio.....	XV
----------------------	-----------

Cristiane Pires McNaughton

Apresentação	XXI
---------------------------	------------

Íris Vânia Santos Rosa

1 A Inclusão Arbitrária do Sócio/Gestor na Certidão de Dívida Ativa ...	1
--	----------

Carmen Lucia Mendes de Araújo Olyntho

Introdução	1
------------------	---

1 Pessoa física e jurídica: entes distintos no direito constitucional e tributário	3
---	---

1.1 Responsabilidade Subjetiva e Redirecionamento do Débito: Art. 135, III, do CTN	4
---	---

1.2 Relativização do Art. 135, III, do CTN Diante da Súmula 435 do STJ	6
---	---

1.3 Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade: Aplicação do Art. 135, III, do CTN	8
--	---

1.4 Presunção da CDA e o Controle de Legalidade do Crédito Tributário.....	9
---	---

1.5 O Princípio da Legalidade Tributária no Art. 135, III, do CTN....	12
---	----

1.6 Dos Princípios da Capacidade Contributiva e da Vedação ao Confisco no Art. 135, III, do CTN	13
--	----

Considerações finais.....	14
---------------------------	----

Referências bibliográficas	15
----------------------------------	----

2 A Responsabilidade pelo Recolhimento do IRRF e os Efeitos da Omissão da Fonte Pagadora sobre o Contribuinte: uma Visão Protetiva 19

Aparecida Serrano de Melo

Crissiana de Almeida Duarte Dias

Introdução	20
1 Fundamentos jurídicos do regime de retenção do IRRF.....	21
2 Atribuição legal da responsabilidade pelo recolhimento: a fonte pagadora como sujeito passivo	23
3 A regra-matriz de incidência do IRRF com ênfase para o sujeito passivo – responsável tributário.....	24
3.1 Critério Material.....	25
3.2 Critério Espacial	25
3.3 Critério Temporal.....	25
3.4 Critério Quantitativo	26
3.5 Critério Pessoal.....	27
4 Consequências da omissão da fonte pagadora e seus efeitos sobre o contribuinte.....	28
5 Inconstitucionalidades e ilegalidades da autuação.....	30
6 Revisão jurisprudencial: posições atuais dos tribunais superiores ...	31
7 Possibilidades de soluções jurídicas e estratégias de defesa do contribuinte.....	34
7.1 Na Esfera Administrativa	35
7.2 Na Esfera Judicial.....	36
7.2.1 Possibilidade de Responsabilização Civil da Fonte Pagadora: perspectivas de reparação por danos	36

8 Qual deve ser o comportamento do contribuinte ao se deparar com a autuação?	38
Conclusão: cidadania fiscal e tutela dos direitos dos contribuintes	39
Referências bibliográficas	40

3 Abusos e Arbitrariedades da Municipalização do Imposto Territorial Rural.....43

Mirella Yukiê Nakamura Araujo Costa

Introdução	43
1 O papel do município na fiscalização e arrecadação do tributo, seus benefícios e riscos	45
2 Proposta: uma municipalização mais segura e eficiente	48
3 O aumento arbitrário do valor da terra nua (VTN) e da carga tributária.....	49
4 Excesso de autuações fiscais	51
5 A insegurança jurídica na municipalização do Imposto Territorial Rural	54
6 Atuação municipal no Imposto Territorial Rural.....	56
7 Critério espacial do Imposto Territorial Rural	59
8 Progressividade da alíquota	60
9 Análise de casos práticos.....	61
Conclusão	63
Referências bibliográficas	64

4 As Restrições Indevidas em Relação À Equiparação Hospitalar67

Erika Gonçalves Pastorelli Trentin

Introdução67

1 A expressão equiparação hospitalar 68

1.1 Previsão Legal de Redução de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Redução de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para os Serviços Hospitalares, Clínicas Médicas, Odontológicas e Laboratórios 68

2 Requisitos imprescindíveis para equiparação hospitalar.....70

3 As especialidades que podem ser beneficiadas72

4 Restrições Indevidas pela Receita Federal72

Conclusão77

Referências bibliográficas78

5 Bloqueio de Adesão aos Benefícios Fiscais pela União e a Inadimplência dos Contribuintes.....79

Renata Alves Feliciano de Sousa

1 A arbitrariedade da união analisada sob a perspectiva dos princípios constitucionais e o Código Tributário Nacional.....79

2 A portaria PGFN nº 1457/2024 alterou a portaria PGFN nº 6.757/2022 e trouxe mudanças significativas na regulamentação da transação de cobrança de créditos da União 82

3 Contextualização das consequências97

Referências bibliográficas98

**6 Concessão de Isenção do Imposto de Renda de Doenças Graves
na via Administrativa com Laudos Particulares..... 101**

Endrigo Fabiano Ribeiro

Léa Dias

1 Surgimento e evolução histórica	101
2 Nascimento da isenção para doenças graves.....	104
3 Posição do CARF a respeito.....	108
4 Entendimento do STJ e súmula nº 598.....	108
5 Hipóteses de isenção	109
6 Do prazo do laudo oficial da doença	112
7 Da evolução necessária para se fazer justiça	113
Conclusão	114
Referências bibliográficas	115

**7 Da Retenção Indevida de 25% de Imposto de Renda sobre
Aposentadoria e Pensão de Brasileiros Residentes no Exterior..... 117**

Camila Nunes Almeida Teixeira

Introdução	117
1 Da violação aos princípios constitucionais.....	118
2 Da legislação infraconstitucional.....	121
3 Interpretação e críticas ao dispositivo	123
4 Tema 1.174 do Supremo Tribunal Federal	124
5 Modulação dos efeitos	127
6 Casos concretos e jurisprudência aplicável.....	128

7 Restituição de valores retidos indevidamente: caminhos jurídicos	134
7.1 Do Pedido Judicial	134
7.2 Pedido Administrativo de Restituição	136
Considerações finais.....	136
Referências bibliográficas	137

8 Das Matérias de Defesa do Sujeito Passivo em Face de Sanções Administrativas Aplicadas pelo IBAMA..... 139

Maria Elisa Nolasco Marques

Introdução	139
1 Ato administrativo.....	140
1.1 Conceito de Ato Administrativo	140
1.2 Atributos do Ato Administrativo.....	141
1.2.1 Presunção Relativa de Legalidade – <i>Juris Tantum</i>	142
1.3 Espécies de Atos Administrativos.....	144
1.4 Pressupostos de Validade dos Atos Administrativos	146
1.5 Modalidades de Atos Administrativos – Vinculados e Discricionários.....	148
2 Das matérias de defesa do sujeito passivo em face de sanções administrativas aplicadas pelo Ibama.....	151
2.1 Do Erro na Descrição de Coordenadas – Nulidade Absoluta..	151
2.2 Do Erro na Classificação da Vegetação – Desclassificação ou Nulidade	155
2.3 Da Nulidade do Processo Administrativo – Notificação por Edital Irregular	157
2.4 Da Prescrição Intercorrente no Processo Administrativo Ambiental – Art. 1º, §1º, da Lei nº 9.873/1999	162

2.5 Da Suspensão das Medidas Cautelares (Embargo/Interdição)	
– Razoabilidade e Proporcionalidade	164
Conclusão	166
Referências bibliográficas	167

9 Formalismo Excessivo como Obstáculo ao Exercício de Direitos Fundamentais nos Casos de Isenção de Imposto de Renda por Moléstia Grave 171

Heloisa Helena Vieira da Silva

Maguerita Lee

Raphaela Sandrinne Marques Sanches

Introdução	172
1 Princípios constitucionais e a atuação administrativa.....	173
2 O direito à isenção do imposto de renda por doença grave: aspectos legais e procedimentais	178
3 A atuação administrativa: literalidade e rigorismo.....	180
4 Casos concretos: a realidade por trás da norma	181
Conclusão	187
Referências bibliográficas	188

10 Ilegalidade na Recusa de Parcelamentos e Transações pela União 191

Cristiane das Chagas Ribeiro

Endrigo Fabiano Ribeiro

Introdução	192
1 A natureza do parcelamento fiscal e o acesso ampliado como princípio	194

1.1 Evolução Histórica dos Programas de Parcelamento no Brasil e a Importância da Flexibilidade	195
1.2 O Desvirtuamento do Princípio do Acesso Ampliado: Restrições Administrativas Arbitrárias.....	196
1.3 O Princípio da Legalidade Estrita em Matéria Tributária: <i>Nullum Tributum Sine Lege</i>	197
2 A insegurança jurídica como consequência da ausência de fundamentação legal.....	198
3 O devido processo legal e a ampla defesa no contexto das exclusões de programas de regularização	199
4 O mandado de segurança como instrumento de tutela dos direitos do contribuinte frente aos abusos do fisco.....	200
4.1 O Mandado de Segurança como Ferramenta de Controle da Atividade Administrativa.....	201
5 A importância da atuação preventiva e consultiva do advogado tributarista.....	202
5.1 A Complexidade do Sistema Tributário Brasileiro e a Necessidade de Orientação Especializada	202
5.2 Atuação Preventiva: minimizando riscos e evitando conflitos.....	203
5.3 Atuação Consultiva e Estratégica na Gestão de Crises e Regularização	203
5.4 Contribuição para a Segurança Jurídica e o Desenvolvimento Econômico	204
6 Propostas para coibir abusos e garantir a segurança jurídica.....	205
6.1 Estímulo à Conciliação e Mediação Tributária na Fase Administrativa	205

7 Perspectivas futuras: o papel da negociação e da conciliação na relação fisco-contribuinte	206
7.1 A Revolução na Resolução de Conflitos: Consensualidade e Eficiência	206
8 O sistema multiportas, a negociação e o fim das arbitrariedades.....	207
8.1 Novas Iniciativas Federais de Diálogo e Negociação	209
8.2 Benefícios da Negociação e do Sistema Multiportas.....	211
Conclusão	213
Referências bibliográficas	215

11 Impactos dos Abusos e das Arbitrariedades Tributárias na Economia Rural Conexos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR

217

Rogério Mollica

Salomé da Silva Barros

Solange Teresinha Carvalho Pissolato

Introdução	217
1 Arcabouço legislativo.....	219
2 Regra matriz de incidência tributária do imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR.....	220
2.1 Do Critério Material	224
2.2 Do Critério Temporal.....	225
2.3 Do Critério Espacial	225
2.4 Do Critério Pessoal	227
2.5 Do Critério Quantitativo	228

2.6 Base de Cálculo.....	228
2.7 Alíquotas	230
3 Pontos controvertidos.....	231
Conclusão	237
Referências bibliográficas	238

12 Interpretação Abusiva e Maximização da Arrecadação pelo Fisco Federal.....241

Carmen Lucia Mendes de Araújo Olyntho

Introdução	241
1 A interpretação da norma tributária	242
1.1 Princípios que Impedem a Tributação Arbitrária.....	244
1.2 Princípio da Legalidade Tributária: Limite à Interpretação Fiscal	246
1.3 Conceito de Atos Normativos Infralegais.....	246
1.4 Instruções Normativas como Instrumento de Exação: Afronta à Legalidade Constitucional	248
1.5 Exemplos de Instruções Normativas que Maximizam a Carga Tributária.....	249
1.6 Pensão Alimentícia e a Afronta à Legalidade na IN RFB nº 1.500/2014	249
1.7 Tributação Indevida de Revendedoras de Veículos Usados: Violação à Legalidade na IN RFB nº 1.700/2017, Art. 242	250
1.8 Ilegalidade do Art. 106 da IN RFB nº 2.055/2021 e a Ofensa à Legalidade Tributária	252

Considerações finais.....	253
Referências bibliográficas	254

13 O Abuso do Bloqueio de Bens em Execuções Fiscais: Violação ao Contraditório e à Dignidade do Contribuinte257

Samara Pereira da Silva Góes

Introdução	257
1 A execução fiscal e os limites da atuação do estado	258
1.1 Natureza e Finalidade da Execução Fiscal	260
1.2 O Devido Processo Legal nas Execuções Fiscais	261
2 A citação como pressuposto para atos constritivos.....	262
2.1 Requisitos da Citação: CPC e Lei nº 6.830/80	263
2.2 Jurisprudência Dominante sobre Citação Regular e Penhora....	265
2.3 Citações nulas e seus efeitos nas Condições Patrimoniais	267
3 Bloqueio sem citação e o confisco disfarçado.....	268
3.1 Efeitos para Pessoas Jurídicas: risco à atividade econômica	269
3.2 Efeitos para Pessoas Físicas: mínimo existencial e dignidade.....	270
4 A função garantista do processo tributário.....	272
4.1 O Papel do Judiciário Diante da Prática Abusiva	273
Considerações finais.....	274
Referências bibliográficas	275

14 O Conceito de Insumos no Regime da Não Cumulatividade do PIS e da COFINS e a Ilegalidade das Restrições Impostas pela Receita Federal.....277

Fabiana Del Padre Tomé

Liliane Bertelli Imura Cisotto

Introdução	278
1 Natureza jurídica da não cumulatividade tributária e as técnicas para sua operacionalização.....	279
2 A não cumulatividade como princípio necessário para a neutralidade fiscal.....	281
3 Disciplina jurídica da não-cumulatividade do PIS e da COFINS, segundo as leis nºs 10.637/02 E 10.833/03	284
4 A controvérsia sobre o conceito de “insumos” para fins de aproveitamento de créditos de PIS e COFINS e a decisão do STJ no resp 1.221.170.....	287
5 O conceito de insumos segundo nota explicativa da PGFN e atos posteriores da Receita Federal do Brasil	290
6 Decisões do CARF quanto a despesas anteriores ou posteriores ao processo produtivo	291
Conclusões.....	294
Referências bibliográficas	294

15 PIS e COFINS Cigarros: quando o Viés Econômico Viola a Segurança Jurídica.....297

Heloisa Helena Vieira da Silva

Raphaella Sandrinne Marques Sanches

Sérgio Hitoshi Yamashiro

Introdução	297
1 A substituição tributária no sistema brasileiro	298

2 O Tema 228 do STF.....	303
3 A instabilidade no entendimento do fisco	305
4 A análise interpretativa à luz do sistema jurídico constitucional vigente.....	306
Conclusão	320
Referências bibliográficas	321

16 Prescrição Intercorrente Administrativa Federal como Garantia Constitucional: um ‘Não’ ao *Ad Eternum* Fiscal323

Aparecida Serrano de Melo

Marizele da C. Serejo Vale da Cunha

Introdução	324
1 O tempo e sua inter-relação jurídico tributária	325
2 Aspectos jurídicos do processo administrativo fiscal federal e a constituição definitiva do crédito tributário	326
3 Distinção sistêmica entre a decadência, prescrição e prescrição intercorrente no direito tributário	329
3.1 Decadência	329
3.2 Prescrição	330
3.3 Prescrição Intercorrente	331
4 O reconhecimento judicial da prescrição intercorrente administrativa como consectário lógico da garantia constitucional....	332
4.1 Entendimentos Desfavoráveis do Poder Judiciário	333
4.2 A Interpretação Integrativa como Fundamento para o Reconhecimento da Prescrição Intercorrente Administrativa....	334
4.3 Reviravolta Jurisprudencial	338

4.4 O Julgamento do Tema 1.294 do STJ: em Construção para um Paradigma Jurisprudencial.....	342
5 Os reflexos econômicos da morosidade no processo administrativo fiscal federal sobre o contribuinte	342
6 A morosidade processual administrativa é inadmissível na era digital	344
Conclusão	345
Referências bibliográficas	346

17 Previdência Privada e Justiça Fiscal: a Isenção de Imposto de Renda sobre Aplicação em VGBL para Portadores de Doenças Graves Segundo o STJ349

Helliton Pereira de Lima e Silva

Introdução	349
1 Da lei nº 7.713/88 – Rol das doenças contempladas com a isenção....	350
2 Da aplicação da lei nº 7.713/88 aos contribuintes em atividade laboral.....	354
3 A seguridade social	359
3.1 Previdência Social no Brasil.....	359
3.2 Aposentadoria: um sonho do brasileiro.....	360
4 A arbitrariedade da Receita Federal em face do VGBL.....	362
5 A decisão do STJ no RESP 1.583.638/SC.....	367
Conclusão	372
Referências bibliográficas	373

18 Transação Tributária Individual e CAPAG: entre a Promessa Negocial e a Discricionariedade Administrativa da PGFN375

Crissiana de Almeida Duarte Dias

Stephanie Silva Repossi Caprini

Introdução	375
1 Fundamentos normativos e os objetivos da transação tributária na dívida ativa.....	378
2 A transação individual proposta pelo devedor: modalidade e benefício	381
3 Aferição da capacidade de pagamento (CAPAG)	383
3.1 A CAPAG como Elemento Central.....	385
3.2 Metodologia e Critérios de Aferição.....	386
3.3 Potenciais Abusos e Arbitrariedades.....	387
3.4 Limites e Possibilidades de Transação Individual.....	387
3.5 Mecanismos de Controle: revisão administrativa e judicial....	388
Conclusão	389
Referências bibliográficas	391

19 Tributação de Ganho de Capital em Transmissões Patrimoniais Gratuitas: Desafios e Perspectivas393

Solange Pereira Franco de Camargo

Introdução	393
1 O imposto de renda e sua regra-matriz de incidência	395
1.1 Conceito de Renda para Fins de Tributação	395
1.1.1 Ganho de capital: conceito e tributação.....	397

1.2 Elementos da Regra-Matriz de Incidência Tributária.....	397
1.3 A Regra-Matriz de Incidência do Imposto de Renda: aplicação (indevida) às transmissões patrimoniais gratuitas	398
1.3.1 Hipótese de Incidência (Descriptor).....	398
1.3.2 Consequente da Norma (Prescritor)	399
2 Transmissões patrimoniais gratuitas	400
2.1 Natureza Jurídica da Doação e da Sucessão <i>Causa Mortis</i>	400
2.2 Competência do ITCMD e a Tributação da Doação pelo Imposto de Renda: Análise do Art. 23 da Lei nº 9.532/1997	401
2.3 Da bitributação	404
3 Análise jurisprudencial recente.....	405
3.1 Julgamento do ARE 1.387.761 (STF) – Afastamento da Tributação sobre Ganho de Capital em Antecipação de Legítima – 22 de fevereiro de 2023.....	405
3.2 Julgamento do RE 1.437.588 (STF) – Validação da Tributação Sobre Ganho de Capital em Herança – 22 de agosto de 2023.....	406
3.3 Julgamento do RE 1.425.609 (STF) – Validação da Tributação Sobre Ganho de Capital em Herança – 20 de maio de 2024.....	407
3.4 Julgamento do Recurso Extraordinário 1.439.539 (STF) – Afastamento da Tributação Sobre Adiantamento de Legítima – 22 de outubro de 2024.....	408
4 Arbitrariedades e abusos na tributação federal de transmissões patrimoniais gratuitas	410
5 Tema 1.391 do STF: repercussão geral.....	411
6 Reflexos da reforma tributária no planejamento patrimonial e sucessório	413

6.1 Alterações no ITCMD	413
6.2 Doações e a Incidência de IBS e CBS.....	414
Considerações finais.....	416
Referências bibliográficas	419

20 Tributação das Permutas Imobiliárias: Troca de Bens ou Geração de Renda Tributável?421

Angélica Orlandi Dalio

Elisa Delamata Moura

Introdução	421
1 Diferenciação dos institutos: compra/venda e permuta	423
2 Diferenciação de renda e receita.....	427
3 Imóveis urbanos: permuta imobiliária à luz das instruções normativas da Receita Federal	430
4 Imóveis rurais: permuta imobiliária à luz da instrução normativa nº 84/01 da Receita Federal do Brasil.....	437
5 E como ficará esse tema após a reforma tributária? Quais mudanças podemos esperar? Será que surgirão novas interpretações?	442
Conclusão	443
Referências bibliográficas	445